

A NECESSIDADE DE RELATIVIZAR A COISA JULGADA PARA GARANTIR O DIREITO CONSTITUCIONAL FUNDAMENTAL A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Carlos Djalma Silva Da Rosa¹

Vinicius Da Silva²

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo discutir a aplicabilidade da teoria da relativização da coisa julgada no direito ambiental, fruto das transformações ocasionadas pela mudança de paradigma gerada pela Constituição Federal de 1988. Reflexo direto da força que os direitos fundamentais passaram a ter no ordenamento pátrio com o constitucionalismo contemporâneo. Com essa mudança, o bem ambiental, esculpido no art.225 da Carta Magna, por ser imprescindível para a permanência da espécie humana, foi conclamado a direito fundamental, passando inclusive a sobrepor-se à “*res judicata*”.

PALAVRAS CHAVES: Coisa julgada, Meio Ambiente, Constituição Federal

ABSTRACT

This work is scope to discuss the applicability of the theory of relativity of *res judicata* in environmental law, the result of the changes caused by changing paradigm generated by the 1988 Federal Constitution. Direct reflection of the strength that fundamental rights have been given in order of country with contemporary constitutionalism. With this change, and environmental, carved in Magma art.225 of the Charter, because it is essential to the permanence of the human species, was summoned to a fundamental right, including through the overlap of “*res judicata*”.

KEY WORDS: *Res judicata*, Environment, Federal Constitution

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ordenamento jurídico pátrio não há como se negar que houve um grande rompimento de paradigma com a Constituição de 1988, anterior a ela tinha-se um direito totalmente calcado em um positivismo lógico, onde a norma era supervalorizada, embora muitas vezes não refletindo o contexto social ora vigente. Nesse contexto, emerge o denominado Neo-Constitucionalismo, onde houve uma maior valoração dos princípios constitucionais, ocorrendo uma mudança na aplicação do direito. Nesta senda, também começou a ser cancelado bens jurídicos que até então tinham importância relevada como o meio ambiente, que ganhou proteção expressa no art.225 da CF/88. Esse dispositivo dispõe que incumbe à sociedade e ao Poder Público o dever de resguardar o meio ambiental, para que tanto as presentes como as futuras gerações possam usufruí-lo. Essa ruptura também gerou a relativização de institutos até então

¹ Acadêmico do Curso de Direito da UFSM, aluno do 7º semestre.

² Acadêmico do Curso de Direito da UFSM, aluno do 9º semestre.

considerados sagrados e absolutos pelo direito pátrio, como a coisa julgada, passando a ser questionado o seu valor absoluto frente aos direitos fundamentais.

Deste modo, o profundo impacto causado no planeta pelo ser humano na história recente tornou inevitável que houvesse uma mudança de concepção em relação ao bem ambiental, que passou a ser encarado como essencial para a permanência da espécie humana, tanto para a presente quanto para as futuras gerações. Em consequência, o referido bem, ganhou “*status*” de direito fundamental, pois está diretamente relacionado com o direito à vida. Com essa supervalorização do bem ambiental, relativizou-se o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, quando não se estava protegendo-o. Consequentemente a coisa julgada também passou a ser relativizada quando não se estava protegendo o meio ambiente. Quando ocorre isso ocorre na prática, postula-se uma ação revisional de danos causados ao meio ambiente, quando envolve as três situações supracitadas.

Portanto, o presente trabalho analisará primeiramente a importância da coisa julgada no ordenamento pátrio, fazendo um paralelo com a importância do meio ambiente, e por fim analisará as decisões em que a “*res judicata*” foi relativizada em questões envolvendo essas tutelas.

2. CONCEITO DE MEIO AMBIENTE

Faz-se necessário, antes de analisar a aplicação da teoria da coisa julgada em ações que envolvem a tutela do meio ambiente, conceituá-lo. Inicialmente cumpre destacar que, para a compreensão do seu conceito, é imprescindível a assimilação de que esse macro-bem possui uma definição ainda em construção e que tem passado por modificações em virtude dos avanços ocorridos e das alterações advindas na modernidade, fruto do Constitucionalismo contemporâneo.

Nesse contexto, tem-se que “*o meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas*”.³ Sabe-se que há tempos atrás a aceção de meio ambiente era estritamente vinculada à natureza e que o ambiente artificial e cultural ficavam a margem das relações existentes.

³ SILVA, José Afonso. Op. Cit. p - 20.

Frisa-se, ainda, que em uma visão antropocêntrica, que calcava a concepção retro, o homem era colocado como centro nas relações existentes com a natureza e, assumia o verdadeiro papel de detentor dos bens naturais que lhe eram disponibilizados.

Ocorre, entretanto, que em virtude do avanço da sociedade, essa visão antropocêntrica passou a ser substituída por uma visão holística, na qual o homem interage com o ambiente que o circunda e está contido no próprio conceito desse macro bem, nesse sentido é o magistério de Édis Milaré *“fala-se, atualmente, numa visão holística do meio ambiente, querendo-se com isso significar o caráter abrangente e multidisciplinar que a problemática ambiental necessariamente requer”*.⁴

Portanto, há a necessidade da compreensão de que o homem e o meio ambiente não são conceitos passíveis de divisão, uma vez que aquele é parte integrante deste. Também é oportuno sublinhar as enunciações de José Rubens Morato Leite, que assim leciona:

qualquer que seja o conceito que se adotar, o meio ambiente engloba, sem dúvida, o homem e a natureza, com todos os elementos. Dessa forma, se ocorrer uma danosidade ao meio ambiente, esta se estende à coletividade humana, considerando se tratar de um bem difuso interdependente.⁵

Nesse contexto tem-se que vislumbrar a definição legal adotada, tanto pela Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, quanto pela Constituição Federal. Inicialmente, a Lei 6.938/81 em seu art. 3º, inciso I assim dispõe: *“meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”*.

A Carta Magna positiva em seu art. 225 que: *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”*.

Em suma, dentre os diversos e numerosos conceitos existentes, é imprescindível que se considere o meio ambiente como o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos. A partir da definição exposta sobre o que constitui o

⁴ MILARÉ, Édis, Op. Cit. p - 65.

⁵ VARELLA, Marcelo Dias e BORGES, Roxana Cardoso B. *O Novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p - 53.

meio ambiente, percebe-se que esse bem tem primordial importância, em consequência recebe uma valoração especial dentro do Constitucionalismo Contemporâneo. Portanto, frente à importância e complexidade do bem ora envolvido, faz necessário relativizar determinados institutos que impeçam a sua tutela plena, como a coisa julgada.

3. A COISA JULGADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Para entender a coisa julgada é imprescindível entender sua importância no campo jurídico. O art.1º da Constituição Federal de 1988 que trata dos fundamentos da República Federativa do Brasil, consagrou o Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Falar em Estado Democrático de Direito é uma expressão que através de uma simples leitura parece não representar muito. O verdadeiro sentido desta conceituação não é simples, essa expressão contém uma profundidade enorme e uma importância ainda maior. Nesse Estado há uma observância a normas e princípios, e uma normatização em todos os campos do direito inclusive em toda a atividade civil, que se traduzem no bem estar de todos, na igualdade e solidariedade. Por isso a carta magna em seu art.1 e art.2 dispõe que o Brasil é formado pela união indissolúvel dos estados e os poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário, que são harmônicos entre si.

A constituição também alude que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Disso se infere que a lei não pode modificar o estado da coisa julgada, o respeito a ela se constitui, dentro desse contexto, num dos principais alicerces do Estado Democrático de Direito. Quando se a discute, encontrar-se-á esse tema na doutrina e jurisprudência. Não pode se pensar nesse instituto se não juntar com essa expressão a figura da segurança jurídica.

A segurança jurídica é o mínimo que o Estado Democrático de Direito pode oferecer ao cidadão a respeito de quais as normas de convivência que o cidadão deve observar e deve aplicar nas relações jurídicas. Quando se fala em segurança, há uma sentença judicial transitada em julgado oriunda do poder judiciário, mas num sentido mais amplo, como normas de convivência. Assim, as pessoas obedecem à determinada norma em virtude de determinadas consequências. Foi processada essa norma, pois a mesma esta escrita, por isso caracteriza a segurança jurídica pela existência de uma determinada norma que regula o campo do cidadão na esfera social, caso elas não

existissem viver-se-ia num sistema de surpresas, o que não condiz com o Estado Democrático de Direito. Nesse modelo de Estado, deve-se saber com determinada antecedência quais são as normas que se deve obedecer. Isso também ocorre no campo do direito ambiental, pois é através da segurança jurídica que o cidadão saberá que norma possui vigência.

Às vezes, entretanto, a segurança jurídica que estaria na lei se transforma em uma insegurança, gerando instabilidade inclusive do comportamento, quando, por exemplo, um tribunal julga de diversas formas uma determinada matéria, gerando uma certa incerteza para as pessoas. A segurança jurídica é de extrema importância no direito ambiental, eis que é através de normas que se terá a garantia assegurada pela Constituição Federal, da obediência da legalidade ao princípio da irretroatividade, da validade de todas as normas.

Quando se adentra no terreno das normas está no campo da segurança jurídica precisa encontrá-la, em consequência existe uma norma regulá-la. Quando as pessoas batem as portas do poder judiciário em busca do bem da vida através da prestação jurisdicional, esperando que ele se manifeste a respeito do direito, vai-se para que ele garanta a segurança jurídica em relação ao que foi vencido.

Quando o poder judiciário profere uma decisão de mérito, transitado em julgado, onde o juiz finaliza o processo conforme prevê o CPC, dando fim à lide, dando o mais amplo contraditório e a mais ampla defesa, com o exaurimento de todas as fases recursais, há um provimento jurisdicional fazendo lei entre os litigantes. Uma sentença que observar esses requisitos, em tese, não pode ser modificada, transformando em coisa julgada material que é imutável para garantir a segurança em favor de quem foi proferida a decisão.

No entanto, todo esse prestígio que ordenamento pátrio oferece ao referido instituto começa a ser questionado, com o surgimento de bens que possuem um valor jurídico superior à segurança jurídica, como o meio ambiente que é imprescindível a sua conservação para a permanência das presentes e futuras gerações. Assim, surgem várias correntes que questionam o valor da coisa julgada frente a esses novos bens jurídicos. É oportuno trazer em calha que há poucos anos atrás sequer comentava em aquecimento ambiental, e falta de água no planeta. Assim, surge um problema como trabalhar com essas novas modalidades de tutela num ordenamento jurídico como o brasileiro que é embebido na idéia de estabilizar as relações sociais, que tenta acabar com o conflito sem sequer questionar se a resolução da lide foi benéfica para ambas as partes.

Assim, a aplicação da teoria da relativização da coisa julgada em demandas que envolvem a chancela do meio ambiente é um contra-senso a essa ideologia incrustada no ordenamento jurídico brasileiro.

4. OS REGIMES DE FORMAÇÃO DE COISA JULGADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O ordenamento jurídico brasileiro conclama três regimes de formação de coisa julgada: o regime comum de formação de coisa julgada, “*pro et contra*”, o regime de produção de coisa julgada “*secundum eventum litis*”, regime de formação de Coisa julgada “*secundum eventum probationis*”.

O primeiro está esculpido no Código de Processo Civil trazendo seu conceito no art.467, que assim dispõe: “*Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário*”, é o que habitualmente é usado, ou seja, o rito ordinário, onde há plenariedade quanto à produção de provas.

Nesse regime a coisa julgada material opera-se inter partes, ou seja, somente ocorre em relação às partes constituintes do processo, não se estendendo a terceiros alheios à demanda, sendo oponível contra todos, ou seja, “*erga omnes*”. Independente qual seja o resultado, sempre na demanda, sujeita a esse regime, haverá uma parte vencedora e outra perdedora. É oportuno trazer à baila que nesse regime a improcedência da demanda por insuficiência de provas faz coisa julgada material, eis que o ônus da prova é do autor que tem que produzi-la, a fim de constituir seu direito, conforme art.333 do CPC. Não sendo produzidas no momento oportunizado e havendo uma decisão terminativa de mérito, ocorre a incidência dos efeitos preclusivos e negativos da eficácia preclusiva da coisa julgada material, ficando deduzidas todas as alegações e provas que poderiam ser apresentadas e não foram de acordo com o art.474 do CPC, nos limites do objeto de discussão da lide julgada. Só podendo ser atacada a sentença através de Ação Rescisória, havendo casos em que nem essa ação pode ser postulada conforme art.59 da lei 9.099/95, lei dos juizados especiais.

Nesse regime de coisa julgada se verifica em demanda de cunho individual, mas não de titularidade transindividual, posto que o meio ambiente é de suma importância. Assim, por exemplo, uma demanda que é julgada improcedente por insuficiência de prova, ocorre a incidência da “*res judicata*”, embora podendo existir o direito, eis que

conforme o art.333 do CPC incumbe ao autor fazer prova para demonstrar que lhe foi violado um bem juridicamente tutelado. Assim, não é lógico impor ao bem ambiental, que é considerado um direito com status de direito fundamental, um ônus dessa magnitude, posto que se estaria colocando em risco a humanidade.

O segundo regime de formação de coisa julgada surgiu com o advento do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), e com a lei 7343/85 da Ação Civil Pública, nascendo junto com o processo de demanda coletiva e com o surgimento dos direitos difusos. Veio à tona com a mudança de concepção de idéia de direito individual para a idéia de direito transindividuais, ou seja, que ultrapassam a individualidade. Nesse regime a coisa julgada se apresentará ou não de acordo com o resultado da lide.

Giza-se que conforme o art.103 do CDC a sentença fará coisa julgada:

“I- erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de prova nova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do artigo 81;

II- ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do artigo 81;

III-erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art.81;”(grifamos)

Sublinha-se que nesse regime a coisa julgada material se apresenta somente quando há uma sentença que julga procedente a demanda, do contrário se improcedente pode ajuizar uma nova demanda com a mesma causa de pedir e pedido idêntico que não incidirá os efeitos preclusivos negativos da coisa julgada material. Outro fato característico desse regime é que esse instituto processual produz efeitos em relação a um número indeterminado de pessoas. O bem jurídico ambiental não segue esse regime, caso seguisse não haveria decisão que fizesse coisa julgada, em consequência não haveria a teoria da relativização da coisa julgada. Nesse regime se enquadram os direitos individuais, de outra banda o direito ao meio ambiente se trata de um direito difuso.

No regime “*secundum eventus litis*”, os casos práticos, tratam-se geralmente de questões que envolvem direitos do consumidor, exemplo um brinquedo defeituoso que gera diversos danos a um número indefinido de consumidores num primeiro momento.

Nesse caso, embora o direito possa ser exercido de forma individual, postula-se geralmente com uma Ação Civil Pública para cancelar esse direito, eis que não se tem uma definição de plano do número de pessoas que foram lesadas pelo dano.

No terceiro regime de produção de coisa julgada tanto as decisões judiciais de procedência quanto às decisões de improcedência fazem coisa julgada material, mas há uma exceção, se o pedido for julgado improcedente, em virtude de falta de provas, não há a incidência da “*res iudicata*”. Nesse último caso, não há impecílio para que o autor ingresse com uma nova ação, trazendo novas provas para posteriormente instruir seu pleito. Traço característico desse regime é que a formação da “*Res Judicata*” se dará conforme o resultado da prova, se o magistrado concluir que ela é insuficiente para a apreciação do direito, não ocorrerá a incidência desse instituto. Só há formação de coisa julgada material quando a prova juntada nos autos for insuficiente para o juiz declarar a existência ou inexistência do direito material. Por isso só podem ser colocada ao crivo desse regime demandas que versem sobre matéria exclusivamente de direito, ou quando tiver matéria de fato, desde que ela venha devidamente provada e documentada, eis que do contrário o juiz não pode concluir pela existência ou não do direito material infocado. O legislador contemplou esse regime, dizendo que uma ação onde haja uma decisão terminativa no sentido de insuficiência de prova não fazer coisa julgada, eis que as ações que são colocadas ao crivo desse regime cancelam direitos de suma importância, como direitos constitucionais fundamentais, direitos coletivos e direitos difusos.

Colaciona-se como exemplo o caso da ação popular, conforme dispõe o artigo 18 da Lei nº 4.717/65 (Lei da Ação Popular):

A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível ‘erga omnes’, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Também cita-se como exemplo a ação civil pública onde há coisa julgada “*secundum eventum probationis*”, quando esta-se tutelando direitos coletivos e direitos difusos, conforme dispõe o art. 16 da Lei nº 7.347/85:

A sentença civil fará coisa julgada ‘erga omnes’, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por

insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Por fim, colaciona também o caso do mandado de segurança, conforme leciona Alexandre de Moraes⁶:

A decisão concessiva de mandado de segurança faz coisa julgada. Diversa, porém, é a situação quando a decisão foi denegatória, pois, nessa hipótese, somente haverá coisa julgada se a sentença, ao analisar o mérito do mandado de segurança, afirmou a inexistência do direito líquido e certo a que se pretendia amparar.

Também dispõe a doutrina⁷:

São três os requisitos para que ocorra a coisa julgada material: que a sentença tenha transitado em julgado e seja, portanto, irrecorrível; que tenha analisado o mérito da causa; e, por último, que tenha decidido o mérito através de uma cognição exauriente.

Por isso, a coisa julgada material, no mandado de segurança, opera-se "secundum eventus probationis", ou seja só haverá coisa julgada material se os autos apresentarem documento que prove a liquidez e a certeza do direito, e que dessa forma permitam a apreciação exauriente do mérito.

Se a ação for julgada improcedente por falta de provas não se operará a coisa julgada material, porque não terá havido a cognição exauriente da causa e o autor poderá intentar, posteriormente ação ordinária.

Porém, se os documentos levados aos autos for suficiente para a constatação da liquidez e certeza do direito, reunidos os requisitos da coisa julgada material, ela se operará, impedindo uma nova apreciação de mérito do que foi resolvido (grifamos)

Por essas características desse regime, o bem ambiental por ser um direito de caráter difuso segue esse regime. Se enquadra nessa modalidade de direito, eis que se trata de um macro bem o qual possui como titularidade toda a humanidade, não resta dúvida que por exemplo, a degradação ambiental que atinge toda a humanidade, que sofre com mudanças climáticas abruptas, com doenças letais dentre outros males. Por isso, o bem ambiental está condicionado a esse regime de formação de coisa julgada, em virtude de sua importância no ordenamento pátrio.

⁶ ALEXANDRE, Moraes, Constituição do Brasil Interpretada, Atlas, 4ª ed., 2004, p. 2577.

⁷ <http://forum.jus.uol.com.br/32614/mandado-de-seguranca-faz-coisa-julgada>

5. A FORÇA DA EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA MATERIAL NO ORDEMAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A eficácia preclusiva da coisa julgada é o elemento que concede a imutabilidade à coisa julgada material, não sujeitando mais a demanda a uma nova apreciação pelo poder judiciário. Esse elemento que dá a segurança jurídica à decisão judicial está esculpido no art.474 do CPC, que dispõe: “*passado em julgado a ação estão repelidas todas as alegações possíveis e dedutíveis que a parte poderia opor em sua defesa*”. Mas surge uma questão são todos os elementos da sentença que estão sob o manto da eficácia preclusiva não, conforme a doutrina majoritária, só a parte dispositiva da sentença, que é a parte imutável e intangível.

Os fatos e a verdade dos fatos deduzidos pelo magistrado fazem coisa julgada formal, essa é a dicção do art. 467, I e II do CPC, que assim dispõe: “*Não fazem coisa julgada: I-os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva. II-a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença*”. Frisa-se também que pelo princípio da tríplice identidade para se identificar se uma ação é igual a outra, cabe a analisar os elementos constituintes de uma demanda que expresse no art. 301, § 2º, do CPC “*Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido*”.

Assim, pode o autor repetir novamente o pedido desde que altere a causa de pedir, eis que o código civil além de contemplar a cumulação de ações em virtude da cumulação de pedido, também prevê de forma implícita a cumulação de ações em virtude de haver várias causas de pedir numa mesma ação, tendo em vista a teoria da substanciação da “*causa petendi*”.

É oportuno também pontilhar a lição⁸ de NELSON NERY e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY, considera-se causa de pedir “*os fundamentos de fato e de direito do pedido*”, ou seja, “a razão pela qual se pede”, dividindo-se ela “*em causa de pedir próxima e causa de pedir remota*”.

E continuam:

3.Causa de pedir remota. É o direito que embasa o pedido do autor; o título jurídico que fundamente o pedido. É a razão mediata do pedido.

⁸ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE”, 10ªed., São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007, comentário ao art.103, p.562

4.Causa de pedir próxima: caracteriza-se pelo inadimplemento do negócio jurídico; pela lesão ou ameaça de lesão a direito. É a razão imediata do pedido.(....) 6. Identidade de causa de pedir. A igualdade de todos os componentes da causa de pedir(próxima e remota) é exigida para a configuração de litispendência ou coisa julgada, que se caracterizam quando há duas ou mais ações idênticas(CPC 301 parág.2º). Uma ação é idêntica à outra se contiverem ambas as mesmas partes, o mesmo pedido(remoto e imediato) e a mesma causa de pedir(próxima e remota)”.

No entanto cabe frisar que os fatos aptos para ensejar a mudança da causa de pedir não são os fatos simples e mistos, mas sim só os fatos complexos que de forma autônoma podem provocar o pedido invocado. De outra banda, os dois primeiros não têm força suficiente para de forma autônoma gerarem o pedido, por exemplo, numa ação reivindicatória, e nada altera a “*causa petendi*” o autor invocar outro modo que adquiriu o título de propriedade, exemplo mediante um contrato, pois é fato dependente, não possuindo força suficiente para de forma autônoma invocar a pretensão ora pretendida.

Mas essa posição não é única há doutrinadores que defendem a teoria da individualização da causa de pedir que prega que são elementos únicos da “*causa petendi*” os fatos. A partir desse raciocínio em nada adianta o autor invocar um fato autônomo que gere a pretensão pretendida, posto que estarão sobre o manto da eficácia preclusiva não somente os fatos simples e mistos, mas também os complexos. Para essa linha doutrinária só há mudança da causa de pedir com a mudança fática, pois a vincula exclusivamente aos fatos que são esboçados o pedido do autor.

Em casos onde o magistrado seja adepto á teoria da individualização da causa de pedir é um exemplo que se pode enquadrar a teoria da relativização da coisa julgada no direito ambiental. Seria muito drástica uma decisão onde o juiz ao analisar a prova declare a inexistência do direito, onde envolva uma questão ambiental, de suma importância para a sociedade, onde o advogado foi meio negligente, ou não tinha conhecimento pleno dos fatos, fundamentado a demanda em determinada questão, ficando para trás outras que eram primordiais para a procedência do pedido. De acordo com o entendimento esboçado um caso como o descrito, embora fosse levantando um novo fato complexo em que não houve mudança fática, essa demanda seria extinta sem resolução de mérito forte o art.267, V, do CPC em virtude da eficácia preclusiva da coisa julgada material.

Nesse caso poderia se alegar com autoridade, com base na teoria da relativização da coisa julgada, qual a justiça dessa decisão que prestigiou a segurança jurídica em detrimento do direito ao meio ambiente saudável das presentes e futuras gerações.

6. O SURGIMENTO DA TEORIA DA RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NO DIREITO BRASILEIRO

O surgimento da teoria da relativização da coisa julgada partiu de um movimento doutrinário, no constitucionalismo contemporâneo, acolhido por Cândido Dinamarco, Humberto Teodoro Junior, Adam Pelegrine Grinover e pelo STJ, através do ministro José Delgado. Essa nova linha doutrinária procura dar a coisa julgada certa relativização, mas ao mesmo tempo não ignora a existência da segurança jurídica, dizem que ela existe, mas não pode sobrepor ao princípio da legalidade e moralidade, razoabilidade e proporcionalidade, em consequência, a carga imperativa da coisa julgada pode ser revista a qualquer momento.

De outro norte há doutrinadores contrário à referida tese que defendem que o referido argumento tem um cunho muito subjetivo. Principalmente o fundamento que a “*res judicata*” não pode ser um comando de injustiças, pois para essa linha doutrinária o que é justo para um pode não ser para o outro. Além do mais questionam-se como pode haver um conceito de justiça em justiça. Observam também que é um paradoxo, eis que a Constituição alude que a lei não pode alterar a coisa julgada, deve assim prestigiá-la, não podendo pisá-la. Quando se vai ao poder judiciário e o juiz observa o ordenamento processual, possibilitando às partes, o contraditório e a ampla defesa, publicidade dos atos e esgotamento de todas as fases judiciais, porque a parte não alegou o direito pretendido. Se o juiz analisou todas as provas não pode ser modificada sobre o argumento de que se trata de uma sentença inconstitucional e injusta. Também, contrário a essa tese apresenta-se Ovídio Batista, Luiz Guilherme Marinoni os quais dizem que se for assegurado a presença da relativização da coisa julgada, ter-se-á a eternização das demandas judiciais.

Só que, embora de forma discreta, o ordenamento jurídico brasileiro vem relativizando esse instituto, por exemplo, há dois casos no ordenamento pátrio em esse instituto pode ser relativizado: no direito penal quando surge uma lei mais benéfica para o réu, art. 107, III do Código Penal, e quando o título formado pelo poder judiciário for posteriormente declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, art. 741 do

Código de Processo Civil. No primeiro caso o réu já cumprindo a pena em decorrência de uma sentença judicial, surgindo uma lei nova que lhe beneficia a sentença que foi baseada na lei maléfica será anulada, a fim de beneficiar o réu. No segundo caso, uma sentença judicial que gerou um título executivo que foi baseado em uma lei que foi posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o executado pode alegar a inexigibilidade do título em virtude desse vício.

No entanto, com o Neo-constitucionalismo houve uma mudança de paradigma, havendo uma supervalorização dos princípios constitucionais que passaram a nortear o ordenamento pátrio. A partir dessa mudança que surgiu a teoria da relativização da coisa julgada que passou a ser aplicada principalmente em ações que envolvem a tutela ao meio ambiente. Esses doutrinadores defensores dessa tese lecionam que o magistrado ao decidir se relativizará esse instituto, deve colocar na balança a segurança jurídica oriunda desse instituto e o outro princípio que está sendo violado, e analisará o que é mais valorado pelo ordenamento pátrio. Daí o motivo por que os casos em que se tem a relativização tratam geralmente de ações que envolvem o meio ambiente, pois como já foi anotado a Constituição supervaloriza o bem ambiental, colocando-o como status de direito fundamental, assim, em determinados casos ele sobrepõe-se à segurança jurídica.

7. O ESTUDO DA COISA JULGADA NO DIREITO AMBIENTAL

O direito ambiental como foi anotado é um direito difuso, ou seja, pertencem a uma coletividade indeterminada e esse bem não pode ser dividido entre os titulares, só pode ser exercido de forma coletiva.

Esse bem tem como principal instrumento de chancela a ação civil pública que defende direitos coletivos, direitos difusos e direitos individuais homogêneos. Assim, dependendo do tipo de direito chancelado essa ação pode se enquadrar em dois regimes “*secundum eventus probationes*” e “*secundum eventus litis*”, no segundo regime quando estiver chancelando os direitos individuais homogêneos, no primeiro quando tiver a defesa de direitos coletivos e difusos. Mas é oportuno frisar, partindo da idéia de que “*o meio ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas*”⁹, trata-se de um direito difuso, então segue aquele regime de “*res judicata*”. A

⁹ SILVA, José Afonso. Op. Cit. p - 20.

justificativa da obediência a esse regime é por ser um bem extremamente relevante que tem status de direito constitucional fundamental. Em virtude disso, o legislador contemplou esse tipo de tutela, inserindo nesse regime especial de formação de coisa julgada. Assim, quando uma ação for julgada improcedente por insuficiência de prova, pode o autor propor nova ação, embora com idêntica causa de pedir, mesmo objeto de discussão, baseado em prova nova. Só há formação de coisa julgada quando o juiz analisar o mérito da ação e declarar a inexistência do direito material, nessa hipótese só poderá ser novamente apreciada a demanda, caso não haja alteração da “*causa petendi*”,¹⁰ novo objeto de discussão, só através da alegação da teoria da relativização da coisa julgada.

8. A APLICAÇÃO DA TEORIA DA COISA JULGADA NO DIREITO AMBIENTAL

A idéia que fundamenta a relativização da coisa julgada em ações que envolvem a tutela do meio ambiente, quando não for justa a decisão, é a importância que esse bem jurídico possui no ordenamento pátrio, que coloca a necessidade de defendê-lo tanto para as futuras como para a presente geração terem um meio ambiente saudável.

Essa defesa vem exposta, no art. 225 da CF, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo tanto para as presentes como para as futuras gerações. Essa proteção tem por escopo evitar a degradação ambiental que é o processo de transformação do meio ambiente que leva à perda de suas características positivas, e até a sua extinção.

Assim, em virtude da importância desse bem jurídico, em casos excepcionais há necessidade da relativização da coisa julgada, pois no momento em que não mais se assegura o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado merece aquela decisão ser relativizada porque viola uma garantia constitucional e um direito fundamental expresso em nossa Lei Maior. Portanto, se for admitido a formação da coisa julgada contra a Constituição, que é a base de todo ordenamento jurídico e fonte de validade da própria coisa julgada, estar-se-ia negando a supremacia da nossa Lei Maior, o que se sobrepõe à tutela das condições de subsistência do próprio ser humano.

¹⁰ Baseada na teoria da Substanciação da causa de pedir, e não na teoria da individualização.

No mesmo sentido dispõe as decisões que aplicam essa teoria¹¹:

Pelo exposto, entende-se ser quase inerente ao conceito de Direito Ambiental, enquanto tutela jurídica coletiva, a necessidade de relativizar-se a coisa julgada atendendo as peculiaridades de cada caso. Se assim não se entender, as gerações futuras e a sadia qualidade de vida apregoados na Carta Maior (art. 225 CF) ficarão muito prejudicadas, pois formalismo processualista não acompanha a mutação social".(grifamos)

Mas num primeiro momento foi primeiro relativizado na seara ambiental e o ato jurídico perfeito, conforme a decisão¹² infra:

ADMINISTRATIVO. LICENÇA DE CONSTRUÇÃO. A INVALIDADE DO ALVARÁ CONCEDIDO PELA AUTORIDADE MUNICIPAL, POR AUTORIDADE ESTADUAL, TENDO EM VISTA A SUA ILEGALIDADE, A CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO E ATÉ POR DESCUMPRIMENTO DO TITULAR NA EXECUÇÃO DA OBRA, RETIRA A SUA PRESUNÇÃO DE DEFINITIVIDADE E O DESQUALIFICA COMO ATO GERADOR DE DIREITO ADQUIRIDO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO CONHECIDO.(grifamos)

Dos entendimentos das decisões retro infere-se que não só a coisa julgada é relativizada quando esta em discussão a tutela ambiental, mas também o ato jurídico perfeito e até o direito adquirido.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, embora a coisa julgada tenha muito prestígio no ordenamento jurídico brasileiro, sendo considerada até um dos alicerces do Estado Democrático de Direito, não há como se negar que com o Estado Contemporâneo surgem tutelas que se sobrepõem até mesmo à segurança jurídica. O direito ao meio ambiente saudável surgiu nesse contexto, sendo uma dessas novas tutelas, recebendo *status* de direito constitucional fundamental por estar vinculado ao direito à vida, tanto das presentes como das futuras gerações.

¹¹ RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 1998/0024829-3

¹²RE 106931/PR-PARANÁ RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a):Min.CARLOS MADEIRA Julgamento: 15/04/1986 Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA Publicação: DJ DATA-16-05-86

Assim, mesmo que o ordenamento pátrio ofereça certa resistência à relativização da coisa julgada, em casos excepcionais é possível esse instituto ser relativizado não só na seara processual civil, mas principalmente no direito ambiental. Esses casos excepcionais seriam decisões judiciais que não sejam razoáveis, proporcionais, ou seja, que a permanência desse instituto seja algo tão injusto que afronte os ditames do Estado Democrático de Direito que tem com uma de suas metas realizar a promoção da justiça social.

Em consequência disso, no momento em que uma sentença judicial não assegure o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a mesma não deve permanecer no mundo jurídico, posto que viola uma garantia constitucional e um direito fundamental expresso no art.255 da Carta Magna. De outro norte, se for admitido a formação da “*res judicata*” contra até mesmo a Constituição Federal e a base de todo o ordenamento pátrio e fonte de validade da própria coisa julgada, estar-se-ia negando a força da supremacia constitucional.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Wellington Pacheco. **Direito Ambiental Sistematizado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris: 2001.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

TESHEINER, José Maria. **Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil**. São Paulo: Revista do Tribunais, 2003.

SILVA, Ovídio A. Baptista da Silva. **Sentença e coisa julgada**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

MARINONI, Guilherme, Luiz, ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de processo civil: processo de conhecimento**. 7. ed. rev. atual. Editora Revista dos Tribunais.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 20. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.